

“A Bahia não se desnacionaliza”

modernidade, civilidade e permanência dos costumes na Salvador republicana

Edilece Souza Couto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COUTO, ES. “A Bahia não se desnacionaliza”: modernidade, civilidade e permanência dos costumes na Salvador republicana. In: MOURA, M., org. *A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 56-85. ISBN 978-85-232-1209-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

“A Bahia não se desnacionaliza”

modernidade, civilidade e permanência dos costumes
na Salvador republicana

EDILECE SOUZA COUTO

Nas sacadas dos sobrados
da velha São Salvador
a lembrança de donzelas
do tempo do Imperador.

Tudo, tudo na Bahia
faz a gente querer bem.

A Bahia tem um jeito
que nenhuma terra tem.

Você já foi à Bahia?

Dorival Caymmi

INTRODUÇÃO

Salvador foi muitas vezes exaltada por ter sido a primeira capital do Brasil e pela cultura mesclada de elementos europeus, indígenas e africanos. Dessa cidade, os poetas e escritores, nascidos ou aqui radicados, eternizaram as belezas naturais, arquitetônicas e, principalmente, a população mestiça, alegre, festeira e hospitaleira. Ressaltaram que é uma cidade única, com “um jeito que nenhuma terra tem”, como enfatiza Dorival Caymmi. O artista plástico argentino Hector Julio Paride Bernabó, conhecido como Carybé, por meio do desenho, deu formas aos personagens dos romances de Jorge Amado, recusando-se a ver Salvador como uma cidade de contrastes. Segundo ele,

[...] De contrastes seria se fosse uma cidade com coisas que uma nada tem a ver com a outra, mas aqui tudo tem que ver. Tudo está alinhavado, tudo surge do seu bojo mágico com grossas raízes, profundas raízes que se alimentam de rezas, ladainhas, orikis, alujás, farofas de azeite o ano todo, bacalhau na Semana Santa, trêmula luz de velas

nos altares e água fresca nas quartinhas dos pejis. Tudo misturado (CARYBÉ, 1969, p. 23)

Para Carybé (1969), em Salvador há uma completa fusão de elementos de culturas diferentes. Por sua vez, antropólogos, historiadores, geógrafos e arquitetos sempre procuraram observar, comparar e explicar os aspectos que sobressaem e trazem à tona a diversidade da capital baiana.

Porém, nem tudo é encanto para quem atravessava a larga barra da Bahia. Ao lado das expressões de deslumbramento, também encontramos relatos dos desencantos. No início do período republicano, os registros são repletos de olhares perplexos diante de suas desigualdades. Desigual na geografia, praticamente duas cidades: alta e baixa. Possuía freguesias e arrabaldes quase rurais. A diversidade estava presente no próprio nome da cidade. Foram seis, todos provenientes da combinação da primeira denominação, São Salvador da Bahia de Todos os Santos, dada por Américo Vespúcio à baía encontrada em 1503. A capitania, a província e o estado sempre foram denominados Bahia, mas a capital foi chamada de São Salvador, São Salvador da Bahia de Todos os Santos, Salvador da Bahia, Bahia, Bahia de Todos os Santos e, finalmente, Salvador. Havia desigualdade ainda na distribuição de renda e na vivência religiosa.

Para compor um cenário das mudanças arquitetônicas e culturais que, segundo políticos e intelectuais republicanos, trariam o progresso para a capital, faremos um passeio pelas cidades que serviam de modelo de civilidade – Paris, Rio de Janeiro, São Paulo – e também pelas novas ruas e avenidas de Salvador, seguindo o roteiro e as observações contidas nas crônicas e artigos de jornal escritos por seus habitantes nas primeiras décadas do século XX. Os cronistas e jornalistas deixaram registradas as suas impressões de encantamento e críticas sobre as desigualdades da cidade e o desejo dos seus cidadãos de torná-la moderna e civilizada.

MODELOS DE MODERNIDADE E CIVILIZAÇÃO

Os baianos tinham pensamentos contraditórios, confusos entre a permanência da tradição e a adesão à modernidade, na passagem do século XIX para o XX. Mas isso não era algo incomum; pelo contrário, estava de acordo com a mudança de século, momento sempre propício à reflexão, às apreensões e utopias em relação ao futuro. As mesmas ambiguidades da virada do século poderiam ser observadas na Bahia, assim como em outras partes do Brasil e do mundo. No Brasil, havia apego às características e aos costumes dos tempos do Império, valores ligados à monarquia; ao mesmo tempo, um desejo de transformação, o triunfo da modernidade, o progresso e a ciência que representavam o novo século e a República. Falava-se no obscurantismo do período colonial e no dissipar das nuvens, na luz dos novos tempos.

O final do século XIX foi denominado a *Belle Époque*. Nas sociedades europeias, vivia-se uma época de lealdade à pátria, fausto, luxo e confiança nas verdades, tanto religiosas quanto da Ciência. No Novo Mundo não era diferente, até porque a tendência era a imitação de pessoas, costumes e ideais que atravessavam o Atlântico e aportavam nas cidades, cujos habitantes, pelo menos os representantes das elites, estavam sedentos de novidades.

Durante os oitocentos, a França foi referência de civilidade para o mundo. Paris era a capital do século XIX, segundo Walter Benjamin (1985), e **Cidade Luz** para os visitantes de suas galerias, salas de exposições e estações de trem – construídas em ferro e vidro para fins de trânsito e iluminadas: primeiramente a gás e, no final do século, a eletricidade. A arquitetura foi substancialmente modificada pelo Barão de Haussmann, que se autodenominava o “artista demolidor”. Seu objetivo, ao demolir antigas construções para abrir espaços às largas avenidas, não era propriamente o embelezamento urbano, e sim estratégia para evitar a guerra

civil, sobretudo a formação de barricadas. Entretanto, seu ideal urbanístico fez com que necessidades técnicas se transformassem em objetos artísticos e as avenidas fossem inauguradas como monumentos.

Paris afirmou-se enquanto capital do luxo e da moda, por isso deveria ser contemplada, admirada e imitada. E continuaria como modelo de vida urbana na virada do século; afinal, os franceses procuravam acompanhar as inovações técnico-científicas e elegeram a luz e a velocidade como símbolos dos novos tempos. A Exposição Universal de 1900, chamada **Festa Eletricidade**, dá-nos a dimensão da importância das inovações advindas da luz elétrica. Foi preparada para dar ao visitante a ideia de um futuro de abundância, alegria, inovações tecnológicas e ilusão. A eletricidade permitia a esplêndida iluminação de palácios e pavilhões e a projeção dos filmes de Louis Lumière por intermédio do cinematógrafo.

A velocidade deveria estar em toda a parte: nas ruas (por meio de automóveis e bondes elétricos), no mar (em navios a vapor), no céu (com máquinas voadoras, como os dirigíveis de Ferdinand von Zeppelin e Alberto Santos Dumont) e até mesmo embaixo da terra (o metrô de Paris foi inaugurado em 1900). O objetivo era transportar passageiros com o máximo de velocidade possível. Era preciso aperfeiçoar o avanço simbolizado pela ferrovia. A velha utopia de controlar o tempo e o espaço parecia se tornar realidade.

Todas essas inovações, surgidas a partir de 1870, fazem parte da Segunda Revolução Industrial, conhecida como Científico-Tecnológica. É claro que uma parcela muito pequena das elites urbanas tinha acesso a esses avanços e, mesmo assim, com grande desconfiança e incredulidade, mas não resta dúvida de que aquela era a época de consolidação do capitalismo e seus representantes almejavam vencer barreiras e fronteiras. Por vezes, as novas invenções eram consideradas “curiosidades mecânicas” ou “brinquedos

de ricos”, sem grandes consequências para a humanidade. Porém, se poucos indivíduos ricos podiam cruzar os oceanos e chegar aos grandes centros europeus para conhecer os inventos e com eles ter contato, nem que fosse num ilusório pavilhão de exposição, e passear pelos canteiros de obras, houve avanço significativo também nas comunicações. O rádio, o telégrafo e o telefone levavam as notícias com mais rapidez às diversas partes do mundo.

Os novos inventos encantavam, mas também geravam sustos e reprovações, sobretudo porque dependiam de mudanças estruturais na arquitetura das cidades. Era preciso abrir novas vias para automóveis e bondes elétricos, instalar fios e cabos de eletricidade e escavar o solo para construir as linhas subterrâneas do metrô. Tudo isso trazia incômodos aos transeuntes, causava a demolição de prédios e igrejas de grande valor arquitetônico e sentimental, sem falar dos acidentes provocados pelos choques de automóveis mais velozes com carruagens e bondes ainda de tração animal. Contradições de um progresso desejado.

Apesar das ambiguidades, havia a crença de que era impossível retardar o progresso e a corte brasileira queria estar inserida nos avanços: saraus dançantes, apresentações de companhias europeias de dança e teatro, linhas telefônicas que atendiam ao Rio de Janeiro e se estenderam até Petrópolis, etc. As transformações que incluíam a capital do Brasil entre as cidades modernas e civilizadas começaram no Império, mas ganharam destaque com a chegada da República. O novo regime passou a representar a modernidade. Os entraves não eram poucos, mas havia empenho para se tirar o país do “atraso monárquico” e da “barbárie da escravidão”. Considerava-se necessário modificar os símbolos nacionais, como o hino e a bandeira, e também os aspetos físicos das cidades.

Para fazer do Rio de Janeiro um cartão-postal, o Presidente Rodrigues Alves, na gestão entre os anos de 1902 e 1906, não mediu esforços. Compôs uma equipe com plenos poderes para realizar

a modernização. Engenheiros, médicos e higienistas se tornaram ícones e suas obras imitadas por políticos de outras regiões do país. O plano tinha três eixos: o porto, sob a responsabilidade do engenheiro Mauro Müller; o saneamento, que deveria livrar a cidade das epidemias infecciosas, foi entregue ao médico sanitariano Oswaldo Cruz; e a reforma arquitetônica que seria realizada pelo engenheiro Pereira Passos. Este último tinha como credencial o fato de ter conhecido as obras urbanas de Paris, empreendidas pelo Barão de Haussmann.

Para os cariocas, o principal símbolo de modernidade e civilidade foi a nova Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Os prédios, construídos com mármore e cristal, possuíam fachadas *art nouveau* e abrigavam lojas de produtos importados. A iluminação elétrica era feita com modernos lâmpões. Nesse novo espaço, não cabiam moradores e frequentadores pobres e negros, com seus bailados, cerimônias, festas religiosas e procissões que lembrassem a África e a escravidão. O Entrudo, brincadeira de raiz lusa, passou a ser encarado como um atraso do período colonial, inconveniente e sujo, portanto, inapropriado aos novos padrões de comportamento e moralidade. Foi substituído pelo Carnaval, de preferência, aquele dos desfiles de fantasias e máscaras à maneira de Veneza.

A capital do Brasil não foi a única a se transformar em cartão-postal e modelo de civilidade. Ainda por volta de 1870, São Paulo começou a dar os primeiros passos em direção à modernidade. Os habitantes da cidade, diante da sua próspera lavoura cafeeira e de seu *status* de entreposto comercial e financeiro, propiciador da entrada no país do capital internacional, sentiam urgência de modernização. Havia a intenção de transformá-la na “Metrópole do Café”.

Coube ao governador da Província, João Theodoro Xavier de Mattos, dar início às reformas: na zona urbana, era preciso abrir

novas ruas e avenidas, criar jardins públicos, etc. A exemplo da Avenida Central no Rio de Janeiro, São Paulo teria o seu ícone de modernidade: a Avenida Paulista, inaugurada em 1881, além de bairros chiques, como Campos Elísios e Higienópolis. (COSTA; SCHWARCZ 2000, p. 32-33) Há a informação de que alguns edifícios arrojados também trouxeram inovações na arquitetura: as Secretarias de Estado, no largo do Palácio, e a Escola Normal, na praça da República. Vale destacar também o viaduto do Chá, que se tornaria um cartão-postal paulistano. Numa demonstração de que os grandes produtores de café, patrocinadores das reformas, também se interessavam pelos avanços científicos, na década de 1890 foram construídos prédios para abrigar o Instituto Histórico e Geográfico, a Escola Politécnica, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, o Instituto Butantã, a Escola Livre de Farmácia e o Museu Paulista. Enquanto isso, fora do perímetro urbano, tornava-se urgente expandir as estradas e ferrovias para a escoação do café das fazendas ao porto de Santos.

Assim como os habitantes de Paris, os paulistanos se despediram do século XIX com o brilho da luz elétrica, que fazia, inclusive, movimentar os bondes em direção ao novo milênio. Em 1901, a promissora cidade de São Paulo ganhou a Estação da Luz, nome apropriado à construção em material importado da Inglaterra. A referência arquitetônica vinha de longe, uma cópia da estação de Sidney – Austrália. A estação paulistana era um entroncamento ferroviário, ponto de chegada e partida dos produtos produzidos na Província, parte deles destinados à exportação (o café, por exemplo) e os importados de luxo para o consumo das famílias abastadas. Porém, nem tudo era luxo naquele espaço. Ali também desembarcavam os imigrantes, principalmente italianos, que substituiriam o trabalho escravo nos cafezais e fariam funcionar a nascente indústria brasileira.

A modernização nas três cidades comentadas gerou ânimo, satisfação, encantamento, mas também incredulidade, sustos e reprovações. Porém, parecia mesmo ser impossível reter os avanços, as mudanças pensadas não para um futuro distante, e sim para a aurora do século XX.

TENTATIVAS DE MODERNIZAÇÃO NA SALVADOR OITOCENTISTA

Antes de tratar especificamente da modernização baiana no século XX, é preciso recuar no tempo e fazer uma breve explanação sobre as tentativas de reforma urbana empreendidas durante o século XIX. Vale lembrar que, nos oitocentos, os políticos baianos também estavam atentos às transformações na Europa, na corte imperial brasileira e em São Paulo. Podia-se observar um esforço para que a província da Bahia, especialmente Salvador, acompanhasse o desenvolvimento de outras capitais.

Aparentemente, Salvador era uma cidade dinâmica e rica, mas escondia uma grande fraqueza: continuava sendo uma metrópole colonial, depósito de produtos manufaturados vindos do exterior ou do sudeste do país, pois, no final do século XIX, Rio de Janeiro e São Paulo passavam pelo processo de desenvolvimento industrial. A economia baiana alternava períodos de repressão e recuperação, sendo que as fases de desenvolvimento foram acompanhadas de tentativas de modernização urbana.

Ana Fernandes e Marco Aurélio Gomes (1992, p. 53-68) analisaram dois momentos na História de Salvador nos quais houve a junção entre crescimento econômico e reformas urbanas. O período de 1810 a 1818, durante o governo do 8º Conde dos Arcos, foi de desenvolvimento, com rentáveis contatos e alianças internacionais, sobretudo com a Inglaterra, nação industrializada

e beneficiada com os acordos de comércio e navegação estabelecidos durante a instalação da corte portuguesa no Brasil. Foram realizados melhoramentos no porto e em toda a área comercial da Cidade Baixa.

O porto era tão vital para a Bahia oitocentista que a Cidade do Salvador também era chamada **Cidade Armazém**, **Cidade Formigueiro** e **Cidade Porto**, como destaca a estudiosa das atividades portuárias na capital Rita Rosado (2004, p. 8). Ao atravessar a barra e atracar no porto, os navios, vindos dos Estados Unidos, da Europa (especialmente da Alemanha, França, Holanda e Bélgica, além de Portugal), África e Ásia, ou das demais províncias (Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Sul) faziam o desembarque e novamente o embarque de mercadorias, homens, ideias, hábitos e costumes. Segundo Rosado (2004, p.10-11), a intensa movimentação comercial pode ser percebida pelas construções e melhorias nos estaleiros (responsáveis pela assistência técnica e diversas formas de ajuda às embarcações e tripulações), trapiches e armazéns (que armazenavam os produtos – os trapiches alfandegados também serviram de alfândega) e ainda a construção da nova sede da Alfândega Provincial, casarão imponente, em estilo neoclássico, inaugurado em 1861, onde atualmente funciona o Mercado Modelo.

De acordo com Ana Fernandes e Marco Aurélio Gomes (1992, p. 53-68), entre os anos de 1850 e 1890, aconteceu o segundo momento de transformações urbanas, apesar dos ciclos de depressão. Os anos 50 foram marcados pelas epidemias de febre amarela e cólera, causadas, segundo os médicos e sanitaristas, pela insalubridade. Porém, a dramática situação forçou o poder público a investir na construção de hospitais e cemitérios, melhorar os serviços públicos de limpeza, iluminação a gás, distribuição de água, esgotamento sanitário, assim como ampliar o sistema viário da cidade.

Kátia Mattoso (1978, p. 350-351) identificou três momentos na economia baiana da Primeira República. O período de 1889 a 1897 foi de recuperação econômica em decorrência da alta nos preços dos produtos agrícolas e a consolidação do cacau, da borracha e dos carbonados como produtos de exportação. Os anos entre 1897 e 1905 foram de depressão, causada pela crise da economia europeia, dificuldades para a produção e comercialização do açúcar, flutuação do preço do cacau e secas que atingiram até mesmo o litoral. Entre 1906 e 1928, veio novamente a recuperação, motivada pelo restabelecimento dos preços dos produtos agrícolas e novas transações comerciais. A recuperação econômica nas duas primeiras décadas do século XX, identificada por Fernandes, Gomes e Mattoso, abrange o último surto de modernização.

Entretanto, a cidade e seus habitantes viviam das glórias passadas, do prestígio de antiga metrópole colonial e primeira capital do Brasil, de sua importância como centro administrativo e religioso. Havia um desejo de modernização, mas

A passagem da velha Salvador escravista à cidade ‘enfim civilizada’ se dá em um tempo bem mais longo, se constrói através de interesses e ações múltiplas, combina várias esferas de intervenção e traduz, na cidade, uma nova heterogeneia: a que coloca, lado a lado, novo e velho interagindo e sustentando a montagem de diversas idealizações urbanas sobre Salvador. (FERNANDES; GOMES, 1992, p. 55)

Segundo Mário Augusto Santos (1992), dois fatores interligados – as estagnações demográfica e industrial – contribuíram para o lento processo de mudanças. O pequeno crescimento demográfico não favorecia a formação da mão-de-obra necessária ao mercado interno e ao desenvolvimento industrial. O ramo de atividades que mais se desenvolvia era o setor primário. A cidade permanecia repleta de áreas verdes, vales desabitados e distritos

urbanos e arrabaldes ocupados por estábulos, hortas, chácaras, roças e fazendas ou separados por imensos espaços vazios.

O setor produtivo era caracterizado pelas atividades do artesanato doméstico, que abastecia as lojas com acessórios do vestuário, das pequenas oficinas e fábricas, empresas domésticas, de apenas um ou dois empregados e sem trabalho assalariado, e da construção civil, tradicional forma de emprego da mão-de-obra masculina. Em 1893, existiam seis fábricas têxteis que reuniam de 700 a 800 operários. Em 1925, esses estabelecimentos industriais eram sete e tinham ao todo 4.870 empregados.

A primeira capital do Brasil não conseguia nem mesmo manter a influência regional, passando por um refluxo econômico em função do declínio da indústria açucareira. Nas três primeiras décadas do século XX, a região sul do estado, principalmente o eixo Ilhéus-Itabuna, mostrou um certo dinamismo com a cultura do cacau. Salvador tornou-se o centro comercial e exportador do produto. Entretanto, a nova atividade econômica não significou investimento de capitais na Região Cacaueira e nem mesmo na Bahia. Os coronéis do cacau preferiam investir os seus lucros na capital federal.

Apesar das crises econômicas, não podemos negar que alguns setores evoluíram. É o caso, por exemplo, dos transportes. As inovações parecem simples, mas começaram a mudar o cotidiano a partir da década de 1870. São dessa época os primeiros bondes puxados por cavalos. No mesmo ano, a Cidade Baixa teve a primeira linha de bonde, fazendo a ligação entre as freguesias da Penha, Conceição da Praia e Pilar. Apesar do preço alto para a maioria da população, os bondes foram responsáveis por diminuir o tráfico a pé ou em cadeirinhas de arruar. Por outro lado, verificaram-se também significativos avanços técnicos. O famoso elevador, construído pelo comerciante e comendador Antonio de Lacerda, começou a transportar os trabalhadores da Cidade Baixa até a paróquia da Sé e vice-versa em 1873.

Como vimos, as tentativas de modernização empreendidas durante o Império buscavam realizar reformas na infraestrutura de Salvador, especialmente nos locais de maior atividade econômica, como a Cidade Baixa, de intensa movimentação em torno do comércio, entrada e saída de produtos por intermédio do porto. A República trouxe um novo viés à modernidade e civilização: mudanças de costumes.

A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE REPUBLICANA

A frase que dá título a este texto, *A Bahia não se desnacionaliza*, foi retirada de uma matéria do jornal *Diário de Notícias*, de 1912, e representa bem as contradições no pensamento da elite letrada baiana nas primeiras décadas do século XX. Os profissionais de imprensa afirmavam que falavam em nome dos seus leitores desejosos de transformações, mas ao mesmo tempo criticavam as intervenções e obras em curso e defendiam a permanência de determinados edifícios e tradições populares que representavam a Bahia e o Brasil; portanto, era preciso manter as características e símbolos da nacionalidade.

No início da República, os políticos, médicos sanitaristas, higienistas, educadores e jornalistas baianos estavam atentos à divulgação, pela elite nacional, dos ideais de progresso e civilidade e desejavam modernizar e civilizar Salvador. Acreditava-se que a capital da Bahia precisava urgentemente se livrar de suas características coloniais. Para isso, pensavam na reordenação do espaço urbano e na resolução dos problemas causadores do atraso. Eram deficientes o saneamento básico, o abastecimento de água, os serviços de esgoto e a coleta de lixo, e precárias as condições de higiene e saúde da população.

Nos editoriais e matérias – nem sempre assinados – dos jornais de Salvador, parte dos jornalistas escrevia sobre a insatisfação

dos moradores da capital com as precárias condições de moradia, os frequentes surtos de epidemias, a ausência dos serviços básicos de saúde. A matéria *Em torno dos melhoramentos*, publicada no jornal *Diário de Notícias*, em 25 de junho de 1912, ilustra bem a identificação dos problemas:

Somos os tristes moradores de uma capital onde existem todos os inconvenientes da vida em sociedade, sem nenhuma das suas vantagens; vida cara, desde os aluguéis das habitações, até as exigências do vestuário; população densa; casas aglomeradas, mal arejadas e [...] pelo outro lado, quanto a vantagens, nada, desoladoramente, nada. Cerca de 300.000 pessoas quase morrendo de tédio, sem diversões nem logradouros públicos e, ainda a sombrear-lhes o espírito atribulado, a preocupação dos males epidêmicos que vão ceifando, assustadoramente, a vida, tal como a febre amarela, o mal levantivo, a varíola, a disenteria e, com uma fúria inominável, a tuberculosa que leva para o seu ativo parte dos serviços do nosso obituário.

Os jornalistas identificavam também os problemas de infraestrutura da cidade e defendiam as intervenções na arquitetura, como demonstra a matéria *Os desmoronamentos: avisos do destino*, do mesmo jornal *Diário de Notícias*, em 12 de outubro de 1912:

A velha capital da antiga metrópole, quando dizemos velha, não é em relação aos seus trezentos e oitenta e três anos de idade, mas sim, a seu aspecto colonial – está cheia de edificações seculares, de altas casas roídas, de paredes esboroadas, com grossos toros de pau servindo-lhes de amparo, de número considerável de muros fendidos, tudo ameaçador, tudo em iminência de desastres lamentáveis.

Todas essas intervenções estavam presentes no projeto de reformas urbanas de José Joaquim Seabra, que governou a Bahia em dois mandatos: 1912-1916 e 1920-1924. Era jurista e tinha uma longa experiência na administração pública. Foi deputado, exer-

ceu a função de ministro da Justiça na gestão de Rodrigues Alves (1902-1906), ministro da Aviação e Obras Públicas no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), e acompanhou as reformas do Rio de Janeiro no governo de Pereira Passos. J. J. Seabra pretendia fazer uma grande intervenção urbana: ampliação de ruas, construção de novas vias, abertura de avenidas, construção e reforma dos edifícios públicos.

Esperavam-se, com entusiasmo e às vezes também ceticismo, as reformas na Cidade Baixa, especialmente na zona portuária. A matéria *A remodelação e os negociastas*, publicada pelo Jornal *A Tarde* em 19 de outubro de 1912, afirmava que mesmo os “espíritos tradicionalistas”, inacessíveis aos “reclamos do progresso” e, portanto, defensores dos velhos casarões, “cenário de grandes feitos históricos”, não raro também aplaudiam a remodelação da cidade. Se havia controvérsia, era sinal do interesse dos baianos no acompanhamento das obras:

Muitos anos – alguns séculos – de anquilose (sic) e abandono haviam habituado o nosso povo a ser cético quanto às promessas da melhor sorte da cidade, de modo que não é sem o espanto da surpresa que todos verificamos agora a injustiça da nossa descrença, assistindo, satisfeitos, a transformação completa da cidade baixa, muito próxima de poder ser vista por gente que tenha andado ao contacto das metrópoles civilizadas. Mais alguns meses, e das vielas escusas e os casarões contemporâneos de dom João VI não restarão senão a lembrança, sem saudades. (A RE-MODELAÇÃO..., 1912)

Entretanto, o ceticismo não era infundado. Muitas vezes os baianos eram obrigados a conviver com a poeira e o entulho da demolição de antigas casas, a insatisfação e a descrença diante da promessa de obras não iniciadas ou inacabadas. Essa era a realidade da Cidade Baixa, como reclama o jornalista de *A Tarde* em 22 de outubro de 1912, no sugestivo título *Avenida para inglês ver*:

Há contratantes e senhores afortunados dos negócios obtidos facilmente que são de uma má fé inesgotável.

E para satisfazerem a sua ganância, não encontram empecilhos aos processos da ardileza e da humildade.

Então, curvam-se, suplicam e prometem as casas da Índia em troca do que adquirirem.

Foi o que aconteceu com a Companhia Cessionária do nosso porto [que] tem vivido das reformas de uma concessão que há cerca de vinte anos desfruta, promoveu nova revisão de seu contrato.

[...] Solicitaram então a prorrogação do prazo da concessão e outras modificações, dando em troca a abertura de uma grande avenida, ao longo do cais, do Pilar a Jequitaita.

De fato, a liberação para as obras de remodelação do porto aconteceu quando J. J. Seabra ainda era ministro. A renovação do contrato, com a promessa de construção da avenida citada pelo jornal, deu-se no ano de sua posse no cargo de governador da Bahia em 1912. A mesma matéria de *A Tarde* nos informa sobre a festa oferecida pela cessionária após firmar o novo acordo:

[...] Afinal, tomando posse o atual governador, a Cessionária, talvez para desfalcar o descaso com que trata os seus compromissos, resolveu fazer uma festa inaugural com bandeiras e *champagne*, a cujo espocar, se expressaram promessas formosas que enquanto ‘o diabo esfregasse um olho’ a avenida estaria aberta. (AVENIDA..., 1912)

Após a festa, começaram as desapropriações, como a do trapiche Querino, e de algumas casas. O jornalista afirma que, no máximo, foi desapropriada uma dúzia de imóveis. Porém, os meses se passavam e nada de avenida. Crescia a descrença em relação às promessas da cessionária e a certeza de que se as autoridades não tomassem uma “determinação enérgica”, os baianos teriam apenas “uma avenida em decreto”.

A modernização tinha os seus limites. O culto a Nossa Senhora da Conceição da Praia foi um dos primeiros a serem difundidos no Brasil. Tomé de Souza trouxe a imagem, mandou erguer uma capela à beira da praia e a Virgem, que era padroeira do Império Português, seria também padroeira do Brasil até 1930. Certamente a igreja do Bonfim era o principal local de peregrinação dos baianos, atraindo gente de todas as classes sociais. Porém, a igreja da Conceição, situada na Cidade Baixa, tinha um culto mais aristocrático; afinal, foi organizado por uma irmandade de portugueses e só começou a admitir irmãos nascidos em território nacional a partir da República, mas continuava sendo exclusiva de homens brancos.

Assim, os baianos acreditavam que o largo da Conceição deveria estar no eixo das reformas. Entretanto, uma matéria do jornal *Diário de Notícias*, de 3 de dezembro de 1915, revela que a área continuava sem calçamento e higiene, com lixo e entulho acumulados, que em dias de chuva formava lama a ponto de impedir a realização da procissão no dia 8. O jornalista comentou com indignação que o terreno “onde se ergue a mais bela e mais artística matriz de todas as dessa capital” havia sido esquecido pelo poder público. Dizia que o local era ocupado por “Materiais imprestáveis, pedras atiradas pelos cantos, vegetação daninha em desvãos onde a imundície culmina, nauseante mictório público, valhacouto de vagabundos e mendicantes”. E concluía que o “asfalto da remodelação” ali não havia chegado.

Dentre as principais metas de J. J. Seabra, destaca-se a construção de uma avenida que percorresse toda a cidade, estendendo-se da Sé ao Rio Vermelho, e que viesse a se constituir em cartão-postal. Essa grande via seria composta de canalizações para esgoto de águas pluviais, instalação de luz elétrica e arborização. Para a viabilização do projeto, antigos edifícios deveriam ser demolidos: Instituto de Higiene, Imprensa Oficial, o primeiro

quartel da Vila Policial do Estado, a garagem do antigo Passeio Público, a entrada do departamento do Quartel da Cavalaria, o Museu-Escola, o Pavilhão de Ondina, o Pavilhão Kroepelin, o Pavilhão dos Tuberculosos, a residência do diretor, o Hospício S. João de Deus, as fachadas do Rosário, da Capela e do Convento das Mercês, o Palácio do Progresso.

A abertura dessa via, inaugurada no dia comemorativo da Independência do Brasil – por isso chamada Avenida Sete de Setembro – foi a mais controvertida das intervenções realizadas por Seabra. Ocorreram diversas manifestações contrárias às demolições e desapropriações dos edifícios que faziam parte do patrimônio histórico e religioso da cidade. Talvez a mais intensa reação popular tenha sido aquela contrária à demolição do Mosteiro de São Bento. O seu abade reagiu e saiu vitorioso da luta pela preservação do edifício. A igreja da Sé não teve a mesma sorte. Apesar dos protestos da população e do clero, o templo foi demolido para que em seu terreno passasse a linha de bonde elétrico.

Desde o final do século XIX, os incêndios eram comuns, principalmente na Cidade Baixa. E o poder público aproveitava esses “acidentes” para justificar o aproveitamento do terreno de uma igreja em parte demolida. Em 7 de janeiro de 1902, o relatório do Intendente José Eduardo Freire de Carvalho Filho afirmava a necessidade de “abertura de uma artéria ligando o Largo das Princesas à rua de Santa Bárbara”. Segundo Carvalho Filho citado por Barbosa (1970, p. 147),

Causas diversas retardaram esse consentimento, não sendo de menos alcance a necessidade de um grande corte em parte da Igreja do Corpo Santo, ponto inicial de uma das ruas [...]. O pavoroso incêndio de 1º de dezembro de 1899 simplificou em parte o projeto que me animou [...]. Para removê-la, porém, confiava nos intuitos progressistas e patrióticos do eminente pastor da Igreja Bahiana, o Exmo. Revmo. Sr. D. Jerônimo Tomé da Silva, em que

encontrou esta administração precioso auxílio, pois, graças ao prestígio de sua Excia. Revma., concedeu a Cúria Romana a indispensável permissão.

Entretanto, os projetos de reformas não estavam restritos à infraestrutura urbana. O fenômeno assumiu dimensões sociais e culturais. Civilizar significava regulamentar o uso do espaço, mas implicava a mudança de hábitos da população e na “moralização dos costumes”. Tentava-se impedir a mendicância, os cultos africanos e aqueles que ainda tinham referências das religiões indígenas e as diversas formas de manifestações lúdicas populares.

Os cultos de origem africana e indígena sofriam constantes críticas. Acreditava-se que era preciso retomar os valores e dogmas do Catolicismo, pois, apesar dos esforços dos primeiros religiosos, “a religião no Brasil não se definiu, não se integrou”, como afirmava o editorial do jornal *Diário de Notícias* em 9 de dezembro de 1912, ao tratar do tema *A nossa educação religiosa*. Para tal empreitada, seria necessário a imprensa fazer uma tenaz campanha contra a “má orientação cívica e religiosa” do povo baiano. Identificava a origem do problema na colonização, quando os portugueses, de “sangue impuro com mescla de sangue mouro”, juntaram-se com “os caboclos de vida errante, dados à prática de fetichismo, indolentes, inadaptaíveis à civilização”. Outras religiões, como protestantismo, espiritismo e islamismo, também eram consideradas prejudiciais à sociedade baiana. Porém, a recorrência à escravidão africana lhe havia causado um mal ainda maior.

Ainda segundo o redator do mesmo editorial, mais grave era o fato de o culto africano ser frequentado por senhoras educadas da alta sociedade, que sabiam falar francês, estudavam Geografia e História, tocavam piano, discutiam transcendentais questões filosóficas, além de política nacional e estrangeira, iam à missa, ouviam os sermões do padre, contra as superstições e feitiçarias, e na volta, “com a mesma contrição, com a mesma fé”, procuravam

“a casa da *mulher das cartas*, do africano que *bota a mesa*, do explorador que cura por meio do *espiritismo*” e ainda realizavam oferendas.

Nas madrugadas das segundas-feiras, ou das sextas-feiras de cada semana, porque a polícia aqui acorda muito tarde, aparecem nas encruzilhadas da cidade, na baixa da ladeira do cemitério da Quinta, na baixa da ladeira de Nazaré, cestos, panos vermelhos, milho torrado, algumas moedas de cobre, penas de galinha, às vezes galinhas vivas, de laços de fitas nas asas, toda uma infinidade de porcarias, tingidas de azeite de dendê e a que o vulgo dá o nome pitoresco e inexpressivo de bozó. (EDITORIAL, 1912)

Os jornais *Diário de Notícias* e *A Tarde* fizeram acirradas campanhas contra o Candomblé e os costumes afro-baianos, que os civilizadores identificavam como “feitiçaria” e “medicina oculta”. Criticavam a polícia por considerar que, dos soldados ao alto escalão, encontravam-se pessoas vinculadas às casas de culto e por isso, apesar das “batidas” policiais, não tomavam atitudes mais enérgicas para reprimir os “centros fetichistas”. Os próprios jornalistas percorriam os terreiros para se inteirarem das práticas, como revela a matéria *No reino do fetichismo: abusões e contágios*, do *Diário de Notícias* de 30 de novembro de 1920. Afirmavam ter visto os crentes fazendo “preces supersticiosas”, imposição de mãos e uso de ervas santas em infusão. Mas o que os escandalizava era encontrar sujeitos, chamados “tipos pernósticos”, que diziam curar enfermos por meio de “processos ocultistas”.

Havia uma espécie de união entre as autoridades religiosas e civis para o controle e até mesmo a desarticulação das manifestações populares, especialmente aquelas nas quais tomassem parte os africanos e seus descendentes. O arcebispado, por meio de portarias e textos divulgados nos jornais religiosos, ditava regras de comportamento e vida religiosa. O poder público editava as Posturas Municipais, proibindo o Entrudo, fogos, jogos, máscaras

e brincadeiras nos largos, praças e avenidas remodeladas, e era responsável por fazer com que elas fossem executadas. E cabia à polícia vigiar e punir os infratores.

As críticas e as sanções aos festejos e costumes tradicionais sempre fizeram parte da Igreja e do poder público. O clero tentava tornar o Catolicismo dos seus fiéis o mais ortodoxo possível, sem interferências das religiões africanas. A preocupação dos políticos e da polícia era, porém, de outra ordem. Na primeira metade do século XIX, o temor era de que os escravos utilizassem o espaço das festas para promover insurreições, o que não era incomum, uma vez que o Levante dos Malês aconteceria no final de semana dos festejos do Senhor do Bonfim e a Romaria dos Jangadeiros (homenagem dos pescadores do Rio Vermelho a Sant'Ana, que atraía desde os veranistas da capital aos escravos e libertos para o arrabalde) foi, diversas vezes, proibida para se evitarem situações de rebeldia. (REIS, 2001)

Entretanto, passado o temor da rebeldia escrava, não diminuíram as críticas e tentativas de controle das manifestações populares. No período republicano, a elite intelectual e defensora da modernização também tinha suas estratégias para eliminar os indesejáveis festejos. Para os civilizadores, finalmente era chegado o momento de promover um branqueamento da sociedade baiana, acabar com os batuques, extinguir ritos religiosos e festejos públicos dos negros ou qualquer outro referencial da cultura africana. Em Salvador, o processo de desafricanização das ruas começou a ficar nítido a partir das tentativas de expulsar os vendedores dos largos, praças e avenidas modernizadas e das interdições nas festas religiosas populares.

Vimos anteriormente que no Rio de Janeiro e em São Paulo, a população pobre e negra foi retirada nos espaços remodelados. Na Bahia aconteceu o mesmo. Uma das primeiras providências do poder público baiano foi modificar o pequeno comércio desen-

volvido pelos negros, sobretudo pelas mulheres negras. As iguarias vendidas na rua e a indumentária das baianas, de influência africana, foram condenadas. Ainda havia um problema religioso, uma vez que a venda de comida afro-baiana era encorajada pelo Candomblé, um meio das filhas-de-santo obterem dinheiro para a realização das suas obrigações rituais.

Os jornalistas baianos se referiam à vendedora de rua como a “mulher de saião”. (PEIXOTO, 1980) A expressão pejorativa servia para desqualificar a mulher negra e pobre, cujas roupas lembravam a África, a escravidão, e em consequência, a barbárie e o atraso da época colonial, da qual a elite queria a qualquer custo se livrar. Os médicos, sanitaristas e higienistas tiveram uma preocupação obsessiva com a qualidade dos alimentos vendidos nas ruas de Salvador. Consideravam os pratos da cozinha afro-baiana – preparados, muitas vezes, nas vias públicas e expostos em tabuleiros, bandejas e gamelas – alimentos gordurosos, condimentados, impregnados de suor, enfim, de fabricação duvidosa. Representavam, portanto, uma porta de entrada para os micróbios e vírus que prejudicavam a já combalida saúde dos baianos.

Em 1889, ano da Proclamação da República, a festa do Senhor do Bonfim sofreu uma de suas principais interdições. Por determinação do Arcebispado, a lavagem da igreja foi proibida. No entanto, no dia 17 de janeiro de 1890, as baianas resolveram desacatar a ordem e dirigiram-se à colina, vestidas à maneira africana (blusas e saias brancas e rendadas, pescoços ornados com colares e guias dos Orixás), munidas de vassouras e potes de barro com água de cheiro (água preparada com infusão de ervas aromáticas que, segundo o Candomblé, quando derramada na cabeça do fiel, livra-o de males como mal olhado e feitiço). A polícia apreendeu esses objetos, mas não foi capaz de coibir totalmente o ritual. Proibidas de lavar o interior do templo, as baianas passaram a

lavar apenas a escadaria, suficiente para garantir as bênçãos do Senhor do Bonfim e Oxalá.

Foi realizada também, por meio dos jornais, uma verdadeira campanha contra o hábito de acender fogueiras e soltar fogos (buscapés, bombas e roqueiras). Os chamados **fogos de planta** eram rasteiros, soltavam muita fumaça e suas faíscas poderiam atingir os festeiros. Por isso foram considerados perigosos e proibidos. Em 22 de junho de 1912, quando as brincadeiras das noites de São João alegravam os baianos, o jornal *Diário de Notícias* as considerou “[...] um vestígio da barbaria, da selvageria, da brutalidade, das eras coloniais, quando aqui ainda era, quase, tudo mata brava, quando aqui ainda era povoado de indígenas ferozes e de colonos também ferozes”. (FOGOS..., 1912)

A mesma matéria, intitulada *Fogos soltos*, dizia que, com o incentivo das reformas urbanas, o costume seria extinto. Afinal, no Rio de Janeiro, ninguém tinha mais a audácia “de acender uma fogueira, de atirar um buscapé na avenida Rio Branco”, símbolo da modernização daquela cidade. Mas em Salvador, segundo o *Diário de Notícias*, as posturas não tinham execução. E não era mentira. Mesmo quando as Posturas Municipais proibiam soltar fogos, não eram suficientes para acabar com o brilho e a animação das noites juninas. E os soteropolitanos, inclusive as autoridades, não levavam a sério as interdições e participavam das brincadeiras:

[...] homens do povo, muita gente chamada boa, muitos indivíduos que se diziam educados, muitos moços que se tinham como civilizados e instruídos, muitos parentes de autoridades policiais, de chefes políticos, mesmo da polícia e do exército. (FOGOS..., 1912)

A campanha contra os fogos, empreendida pelos jornalistas, estava baseada nos Códigos de Posturas Municipais. O Código de 1901 proibia os fogos de planta e regulamentava os fogos de artifício, mais sofisticados, fabricados e queimados por especialistas

em pirotecnia. Porém, até mesmo essa nova forma de iluminar o céu nas noites de festas religiosas não deixou se sofrer as intervenções e penas da municipalidade. A prevenção de acidentes e a manutenção da civilidade ultrapassam a fase áurea das reformas urbanas de Salvador (1912-1916). O Código de 1920 tem um capítulo dedicado à regulamentação das manifestações populares, intitulado *Do entrudo, Máscaras e confetti, Espetáculos e fogos de artifícios*. A Postura 148 determina: “Ninguém poderá dar espetáculos públicos, armar ou queimar fogos de artifícios nas ruas, praças e avenidas desta cidade e subúrbios, sem a competente licença da Municipalidade”. (SALVADOR. Prefeitura Municipal. Conselho, 1920) Previa o pagamento em forma de caução, averiguação pela Diretoria de Obras Públicas e multa pelos possíveis danos causados. Os fogos de artifícios eram permitidos. Porém, outros tipos, considerados perigosos, estavam proibidos pela Postura 149: “Fica terminantemente proibido o uso de fogos soltos, busca-pés, bombas de clorato e espadas no perímetro urbano”. (SALVADOR. Prefeitura Municipal. Conselho, 1920)

Apesar das multas cobradas àqueles que desrespeitassem as normas, elas foram muitas vezes desobedecidas. As oficinas para o fabrico dos fogos proibidos continuaram funcionando. Em 7 de agosto de 1929, o Conselho Municipal mais uma vez tentou resolver o problema com uma nova Postura. Assim determina o Artigo 1º: “Fica expressamente proibido o fabrico e vendagem de busca-pés, bombas de pavio de clorato ou de choque (vulgarmente conhecidas pelo nome de bombas de parede)”. O Artigo 2º estabelece que as fábricas ou oficinas de fogos só poderiam fabricar as bombas de pavio quando seu uso fosse aplicado aos foguetes de ar.

Vimos várias formas de interdições e tentativas de mudanças nos costumes baianos. No entanto, não havia unanimidade quanto à forma de civilização que deveria ser implantada na Bahia. De vez em quando aparecem, nesses mesmos jornais, editoriais em

defesa das tradições. Na matéria *Alegrias populares*, de 5 de janeiro de 1912, o jornalista do *Diário de Notícias* criticava os políticos que deixavam a população passar o ano inteiro “sem lar higiênico, sem pão, sem conforto, sem alegrias salutareas, sem expansões ruidosas e comunicativas” e, no período das principais festas religiosas populares, queriam substituí-las por hábitos e manifestações europeias e americanas. Afirmava que o povo que esquece as suas festas religiosas, patrióticas e seus festejos de rua, substituindo-os pelo que aporta das terras estrangeiras, “é um povo cujas características, se não estão mortas, ao menos estão prestes a morrer”. E acrescentava:

Que desapareça, cedendo lugar, o que existe de inconveniente, de triste, de mau, de atrasado, de anti-progressista, todos concordam. Porém, que se substituam os inocentes folguedos de origem indígena, por outros de igual jaez, vindos de fora, que os nossos hábitos de gente limpa e asseada, quer física, quer moralmente, venham abater os hábitos europeus e americanos, tudo sem melhor vantagem comum, sem melhor utilidade prática, isto não, não podemos, não devemos consentir. (ALEGRIAS..., 1912)

Percebe-se, assim, que a modernização não era uma via de mão única. Os baianos eram atraídos pelas reformas urbanas de São Paulo e Rio de Janeiro, saudavam as transformações como marcas da modernidade e civilidade, mas também queriam manter seus hábitos e costumes.

É interessante notar que a Bahia acatava modelos de modernidade, mas também atraía sujeitos de outras cidades pelo crescimento econômico, riqueza do patrimônio artístico e cultural, clima agradável e belezas naturais. A atração exercida pelo comércio nem sempre era vista de forma positiva. Os comerciantes vindos de outros lugares do país, inclusive das cidades que lhes serviam de modelo, eram recebidos com receio. Muitas vezes foram designados de forasteiros, aproveitadores, indesejáveis usuários

de um sistema administrativo duvidoso, como revela o jornal *A Tarde* em matéria intitulada *A remodelação e os negociastas* de 19 de outubro de 1912:

Entretanto, em meio a essa procela de trabalho eficaz e produtiva, há alguma coisa que é preciso combater: é o julgamento que fora daqui se está formando dos processos administrativos por que se vão realizando as grandes obras. Não é preciso milagre de argúcia para surpreender, com magos, a falsa opinião. Basta notar a imigração de sujeitos escunhoados (sic) e maneirosos, todos lábias e ademanés (sic), que nos chegam por cada pacote, principalmente do Rio, para se ter a idéia de que a Bahia está considerada como um campo de bons e belos negócios, de contatos fáceis e rentosos que a advocacia administrativa não encontra empecilhos para conseguir.

É contra esse aspecto do movimento reformista que muitas vezes protestamos com razão, por que obra tão benemérita deve ser intangível até das suspeições de desonestidade.

Havia, portanto, uma preocupação com a imagem da Bahia diante de outros Estados e países. O progresso era bem-vindo, mas era preciso ter prudência com a honestidade nas relações comerciais, “com o julgamento” que sujeitos de outras praças poderiam fazer dos processos administrativos.

PERMANÊNCIA DOS COSTUMES

Os habitantes de Salvador receberam o regime republicano ainda com muitos contrastes, promovendo inovações, mas também tendo que conviver com muitas permanências nem sempre indesejáveis. Apesar das intervenções urbanas e culturais realizadas no auge da modernização, no governo de J. J. Seabra, muitas características e referências dos tempos do Império ainda

são perceptíveis na arquitetura e nos hábitos dos baianos. Caymmi canta que “nas sacadas dos sobrados da velha São Salvador” permanece “a lembrança de donzelas do tempo do Imperador”. Permaneceram também nos largos, praças e avenidas as rodas de samba e capoeira; os vendedores de comida afro-baiana, especialmente as baianas com seus tabuleiros de acarajé, abará, bolinho de estudante, cocada e outros quitutes; as procissões e cortejos religiosos repletos de ícones do Catolicismo e do Candomblé e devotos animados pela música, dança e fogos de artifício.

A campanha contra os fogos não surtiu os efeitos desejados. Os fogos de planta, condenados por serem perigosos à população e cuja fumaça escondia a beleza das ruas remodeladas e ofuscava a iluminação elétrica, foram aos poucos substituídos pelos fogos de ar e artifício, mas não desapareceram completamente, pois continuavam fazendo parte das noites de festas aos santos, pelo menos nos arrabaldes.

É verdade que alguns divertimentos populares muito comuns nas festas religiosas não acompanharam a modernização. Das ruas e avenidas remodeladas desapareceram os “folguedos provincianos”, expressão utilizada pelo cronista Antônio Vianna para se referir ao quebra-pote, pau de sebo e carrossel e às corridas de saco. Porém, assim como os fogos, essas brincadeiras ainda ocupavam os recantos da cidade. Vianna lamentava as mudanças “impostas pelo progresso”, especialmente dos bailes e saraus que nas casas particulares animavam as datas do calendário religioso:

Os saraus domésticos a piano, algumas vezes, e, na maioria, aos compassos de um terceto musical, formado por conhecidos festeiros, que tocavam por divertimento, de graça. Os sambas e batuques nas praias, por detraz (sic) das barracas, no fundo das casas, nas cozinhas com o conhecido estribilho: SAMBA NA COZINHA SINHÁ NÃO QUER! [...] (VIANNA, 1950, p. 22)

Entretanto, é preciso observar com atenção o saudosismo do cronista. Vianna frequentava os bailes e saraus da elite e tudo indica que eles não desapareceram em função das reformas urbanas. São formas de divertimentos datadas. Eram realizados até as primeiras décadas do século XX inclusive porque Salvador não oferecia tantas outras diversões. As igrejas e as casas das famílias abastadas eram espaços privilegiados de sociabilidade; porém, a chegada do cinema e a difusão dos clubes abriram novas possibilidades para os encontros da elite. É importante ressaltar, na fala de Vianna, os espaços ocupados por sambas e batuques: as praias, o “fundo das casas” e das barracas. As rodas de samba e capoeira, apesar de indesejáveis por suas referências africanas, resistiram ao tempo e às intervenções, ganharam as ruas, os largos e adros das igrejas.

O cheiro do azeite de dendê que inundava a cidade, tantas vezes criticado como hábito não civilizado, não deixou de fazer parte das festas religiosas nos terreiros de Candomblé e também nas barracas de comida e bebida montadas nos largos em frente às igrejas nos dias das festas católicas. Os membros da elite baiana, adeptos dos ideais de civilidade e modernização, poderiam não admitir que devorassem com prazer os pratos da culinária afro-baiana, mas não foram capazes de acabar com esse costume. As “mulheres de saião”, alheias às modernidades, atravessam a cidade vendendo suas iguarias.

Enfim, os melhoramentos na arquitetura urbana, na limpeza e saúde pública eram desejados pela elite intelectual e também pela população humilde. Porém, quando se tratava da mudança de costumes, havia uma persistência da tradição. Afinal, considerava-se que Salvador, apesar dos seus muitos defeitos, possuía a virtude de ser um dos poucos espaços no território brasileiro a valorizar suas tradições. Portanto, poderia seguir os exemplos de modernidade de Paris, Rio de Janeiro e São Paulo, mas deveria manter

as características de primeira capital do Brasil, principalmente as manifestações culturais herdadas dos colonizadores, índios e escravos africanos que representavam a nacionalidade e deveriam ser mostrados aos visitantes.

REFERÊNCIAS

- ALEGRIAS populares. *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jan. 1912.
- AVENIDA para inglês ver. *A Tarde*, Salvador, 22 out. 1912.
- BARBOSA, Manoel de Aquino. *Efemérides da freguesia de nossa Senhora da Conceição da Praia*. Salvador: Beneditina, 1970.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Walter Benjamin – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43.
- CARIBÉ. *As sete portas da Bahia*. São Paulo: Martins, 1969.
- COUTO, Edilece Souza. Festejar os santos em Salvador: tentativas de reforma e civilização dos costumes (1850-1930). In: BELLINI, Lígia; SOUZA, Evergton S.; SAMPAIO, Gabriela dos R. (Org.). *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: Edufba; Corrupio, 2006. p. 273-297.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal. Conselho. Do entrudo, máscaras e *confetti*, espetáculos e fogos de artifícios. In: LIVRO de registro de posturas. Salvador, 1920. cap. 21, p. 17-84.
- COSTA, Ângela M. da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos).
- OS DESMORONAMENTOS: avisos do destino. *Diário de Notícias*, Salvador, 12 out. 1912.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, 22 jun. 1912.
- EDITORIAL. *Diário de Notícias*, Salvador, 9 dez. 1912.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: _____. (Org.). *Cidade e história*. Salvador: Faculdade de Arquitetura / ANPUR, 1992. p. 53-68.

- FOGOS soltos. *Diário de Notícias*, Salvador, 22 jun. 1912.
- MATTOSO, Kátia. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- NO REINO do fetichismo: abusões e contágios. *Diário de Notícias*, Salvador, 30 de nov. 1920. p. 1.
- REIS, João José. Batuque negro. In: JANCSO, István; KANTOR, Íris (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2001. v.1, p. 339-358.
- A REMODELAÇÃO e os negociastas. *A Tarde*, Salvador, 19 out. 1912.
- PEIXOTO, Afrânio. *Breviário sobre a Bahia*. Rio de Janeiro: MEC, 1980.
- ROSADO, Rita de Cássia S. de C. A “Cidade Porto” e a Alfândega Provincial, século XIX. *História da Bahia – Revista da Fundação Pedro Calmon*. Salvador, n. 8, p.n8-12, dez. 2004.
- SANTOS, Mário Augusto da S. Novas e velhas ocupações na Salvador republicana (1890-1930). In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de F. (Org.). *Cidade & história*. Salvador: Faculdade de Arquitetura / ANPUR, 1992. p. 257-262.
- EM TORNO dos melhoramentos. *Diário de Notícias*, Salvador, 25 jun. 1912. p. 1.
- VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: Museu do Estado, 1950.

Fontes manuscritas

- Arquivo Histórico Municipal de Salvador – AHM.
Códigos de Posturas do Município da Cidade do Salvador.
Livros de Registro de Posturas – 1897, 1901, 1920 e 1929.

Fontes impressas

- Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB.
Jornais leigos:
A Tarde (1912, 1914, 1916).
Diário de Notícias (1912, 1915, 1920).